



FACULDADE METROPOLITANA NORTE RIOGRANDENSE
DIRETORIA DE GRADUAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ANA TALITA DO NASCIMENTO DE LIMA

A HISTÓRIA DA INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

NATAL/RN

2023

ANA TALITA DO NASCIMENTO DE LIMA

A HISTÓRIA DA INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia, da Faculdade Metropolitana Norte Riograndense (FAMEN) como pré-requisito para a obtenção do título de graduado (a) em Pedagogia.

Orientadora: Professora Ms. Adriana Mônica Oliveira

NATAL/RN

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca Immanuel Kant – Faculdade Metropolitana Norte Riograndense

L732h Lima, Ana Talita do Nascimento de.

A história da inclusão do aluno surdo na Educação Infantil /
Ana Talita do Nascimento de Lima. – Natal, 2023.
39 f.

Monografia (Graduação em Pedagogia) – Faculdade
Metropolitana Norte Riograndense, Departamento de Pedagogia.
Natal, RN, 2023.

Orientadora: Profa. Ms. Adriana Mônica Oliveira.

1. Educação infantil – Monografia. 2. Educação inclusiva –
Monografia 3. Surdez – Monografia. I. Oliveira, Adriana Mônica. II.
Título.

CDD – 370

CDU – 37

Elaborada pelo Bibliotecário Miqueias Alex de Souza Pereira – CRB – 15/925

Índice de catálogo sistemático:

1. Educação – 370
2. Educação. Ensino. Instrução – 37

ANA TALITA DO NASCIMENTO DE LIMA

A HISTÓRIA DA INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

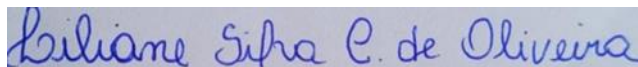
Monografia apresentada ao curso de Pedagogia, da Faculdade Metropolitana Norte Riograndense (FAMEN) como pré-requisito para a obtenção do título de graduado(a) em Pedagogia.

Monografia apresentada e aprovada em 28/12/2023, pela seguinte Banca Examinadora:

BANCA EXAMINADORA



Orientadora Professora Ms. Adriana Mônica Oliveira
Faculdade Metropolitana Norte Riograndense - FAMEN



Professora Ms. Liliame Silva Câmara de Oliveira
Faculdade Metropolitana Norte Riograndense – FAMEN

Professor Prof. Ms. Adriel Felipe de Araújo Bezerra
Faculdade Metropolitana Norte Riograndense – FAMEN

**NATAL/RN
2023**

*“O educador se eterniza
Em cada ser que ele educa”.*

Paulo freire

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter me dado a oportunidade de estar concluído, mas um ciclo em minha vida, e por ter me dado forças para chegar até aqui.

Sou grata aos meus irmãos que me apoiaram durante toda esta jornada, me ensinando a ser persistente e perseverante apesar das lutas e obstáculos que surgiram no caminho. Agradeço ao meu irmão Isaac, que dedicou á mim toda sua atenção para que eu pudesse realizar meu sonho, e também ao meu irmão Isaias, que mesmo de longe nunca soltou a minha mão, e sempre me mostrou o quanto sou capaz de alcançar tudo o que almejo.

Agradeço ao meu companheiro Lucas Mateus, por está ao meu lado em cada etapa desta graduação, me incentivando a prosseguir e acreditando no quanto sou capaz de chegar até este momento.

Sou imensamente grata a minha irmã Iris, que em vida foi minha base e inspiração para iniciar minha jornada como futura pedagoga, me dando forças e total apoio, segurando a minha mão em momentos difíceis desta formação e me encorajando a realizar meus sonhos. Assim como também agradeço a minha querida mãe Creusa Maria, que nos deixou logo no inicio da minha trajetória, mas sempre me inspirou a lutar, ser forte e buscar meus objetivos.

A todos os docentes da Faculdade Metropolitana Norte Rio-grandense – FAMEN, que puseram ao dispor seus conhecimentos e aprendizados para minha formação. Agradeço por dedicarem a mim e aos demais alunos, todos os seus saberes, nos proporcionar a oportunidade de conhecer e aprender sobre o vasto universo da pedagogia.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus que me deu forças em toda jornada de formação, e em memória à minha querida mãe Creusa Maria do Nascimento Queiroz, minha irmã Iris do Nascimento Queiroz e a minha amada filha Anna Luiza do nascimento silva.

RESUMO

Este trabalho tem como finalidade, promover a reflexão e debate sobre a inclusão de crianças com deficiência auditiva no ensino regular da educação, afim de que venha ser desenvolvida educação de qualidade para alunos surdos, extinguindo à exclusão no âmbito escolar que envolve alunos ouvintes e demais que fazem parte do meio. Pretendemos abordar como fator principal a educação bilingue, que objetiva os demais alunos ouvintes a ter acesso a métodos de comunicação com as crianças com surdez, considerando a linguagem de sinais como L1 e a língua portuguesa como L2. Incentivar a qualificação dos profissionais que atuam nas unidades escolares: professores, gestores e funcionários de contatos diretos aos alunos, afim de que repassem, a didática comunicativa por meio das libras pois é de imensa importância, observando essas ações possibilita a criança surda uma educação digna eficaz e de qualidade. Algo importante que é destacado nesse trabalho é mostrar a linha temporal que tem por ênfase o início da defesa que lutam pela melhoria e inclusão das pessoas com deficiência desde da idade média até dias atuais, mostrando avanços e positivos resultados no âmbito educacional. Introduzimos nesse fator histórico relacionados a inclusão que serve de base para nós futuros pedagogos. Assim teremos ferramentas que enriquecerá o repertório didático para ser repassados aos alunos encorajando a seguir com as mudanças que vem sendo evoluídas no decorrer dos anos. Acredito que os alunos com surdez desenvolvem melhor o aprendizado apropriando-se de recursos manuais, lúdicos ou tecnológicos, que dão oportunidade ao aluno surdo ser incluído de forma humanitária nas unidades escolares e na sociedade. Acreditando que não de ter autonomia na unidade escolar e outros ambientes sociais.

Palavra chave: educação infantil, alunos com surdez, educação inclusiva.

ABSTRACT

This work has as purpose, promote the reflection and debate about the inclusion of children with hearing impaired in regular basic education teaching, so that it will be developed quality education for hearing impaired students, extinguishing exclusion in the school environment that involves hearing students and others who are part of the environment. We intend to address bilingual education as the main factor, which aims for other hearing students to have access to methods of communicating with deaf children, considering sign language as L1 and Portuguese as L2. Encourage the qualification of professionals who work in school units: teachers, managers and employees of direct contact with students, so that they can pass on to the entire group of students, communicative didactics through Libras as it is extremely important, seeing as these actions enable deaf children to have a dignified, effective and quality education. Something important that is highlighted in this work is the timeline that emphasizes the beginning of the defense that fights for the improvement and inclusion of people with disabilities from centuries to the present day, showing advances and positive results in the educational field. We introduce into this historical fact related to inclusion that serves as a basis for us future pedagogues. This way we will have tools that will enrich the didactic repertoire to be passed on to students, encouraging them to continue with the changes that have been evolving over the years. I believe that students can develop their learning better by using manual, playful or technological resources. That give deaf students the opportunity to be included in a humanitarian way in school units and in society. Believing that they will have autonomy in the school unit and other social environments.

Keyword: early childhood education, deaf students, inclusive education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Cores em libras	29
Figura 2 Aplicativo hand talk.....	29
Figura 3 Datilologia libras.....	31
Figura 4 Gramática da Libras: CM, M e L.....	32

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2.1 A INCLUSÃO NO CONTEXTO ESCOLAR BRASILEIRO - A DECLARAÇÃO DE SALAMANCA.....	15
2.2 LEGISLAÇÃO: PASSOS PARA UMA EDUCAÇÃO MAIS INCLUSIVA.....	16
2.3 LINHA DO TEMPO – A COMUNIDADE SURDA DESDE DA IDADE ANTIGA ATÉ OS DIAS ATUAIS.....	18
3 A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	23
3.1 EDUCAÇÃO BILINGUE – LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS.....	25
3.2 POSSÍVEIS RECURSOS PARA APRENDIZAGEM DA CRIANÇA SURDA	28
4 OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DO ALUNO SURDO	31
5 METODOLOGIA.....	33
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS	35

1 INTRODUÇÃO

A temática a ser apresentada neste trabalho de conclusão de curso que surgiu por meio de inquietações e discursões acerca, da inclusão de crianças surdas na educação infantil. Esse tema despertou-me interesse durante minha trajetória na graduação cursando pedagogia e tal iniciativa surgiu por volta do 5º período. Que é onde se inicia os estágios supervisionados, voltados a educação infantil, que é consolidada como disciplina obrigatória do referido curso, Neste estágio o futuro pedagogo, adentra a sala de aula para observação e interação com a realidade da educação o que faz ele inteirar-se com o que há de desenvolver quando estiver na posição de profissional qualificado.

Nesse período, foi possível observar as dificuldades e desafios da rede pública de ensino, os quais tem seus pontos positivos e negativos relacionados a inclusão do aluno com deficiência. Diante do exposto entendi que há profissionais atuantes da educação que não conhecem, nem tem acesso à formação especializada que supra as necessidades das crianças com deficiência ou necessidades especiais.

A partir dessas inquietações surgiu a curiosidade de buscar entender como é a realidade da criança surda no ensino regular e quais desafios elas atualmente enfrentam. Acredito que está inserido em sala de aula onde o professor não possui ferramentas necessária para comunicação inclusiva, chega a ser desconfortável e ou desestimulante.

Essa problemática é algo que ainda precisa ser melhorado nas sala de aulas do ensino regular, porem podemos relatar alguns avanços que vem sendo aplicado e incentivado na educação infantil, como exemplo o auxílio de interpretes e profissionais formados em libras, da mesma maneira como a educação bilingue para pessoas surdas, que passou a ser obrigatória à alguns anos, essa conquista se deu por meio de lutas e resistência da comunidade surda no decorrer das décadas.

Diante disso, este trabalho tem por objetivo geral, analisar e discutir sobre a educação inclusiva relacionada a pessoa surda por meio de toda a sua história. Pretendemos também expor histórias e dificuldades da comunidade surda e a inclusão de crianças surdas na educação infantil. Mantendo o foco no quesito que se faz importante e necessário a qualificação dos professores, que ainda não possuem

habilidade e qualificação para incluir em turma esse público que tem o direito que aprendizado igualitário em relação aos demais alunos, dentro e fora de sala de aula.

Há diversos recursos para que a criança surda, tenha educação de qualidade, esses que proporcionando a mesma, autonomia e liberdade de utilizar sua forma de comunicação dentro da instituição de ensino.

Como referências bibliográficas foram pautadas as leis brasileiras (LDB, CNE/CEB, Diretrizes gerais, Lei de libras, PDE etc.) e autores como Aranha, SASSAKI, JANUZZI, dentre outros que constam nas referências ao final do trabalho.

Para a elaboração deste trabalho de conclusão de curso, foi utilizada as pesquisas cunho bibliográfico e qualitativo, por meio de levantamentos de obras já publicadas, com o foco na educação de crianças surdas. Assim como também dados coletados a partir da visão de autores, que abordam sobre a surdez e a inclusão da criança surda na sociedade, na escola e em ambientes de trabalho.

Em seu aspecto estrutural esta monografia contém as seguintes partes; no Capítulo 2, aborda sobre o processo de inclusão, seus desafios e avanços ao decorrer dos anos. As instituições que foram surgindo por meio de iniciativas, que tinham como foco trazer o direito á educação, para pessoas com deficiências e necessidades especiais, como também o surgimento da declaração de Salamanca, que deu inicio á uma educação bem mais inclusiva.

Caracterizando a inclusão do aluno surdo na educação infantil, seguimos para segunda parte debatida neste TCC (capítulo 3), que busca tratar sobre o processo de inclusão do aluno surdo na educação infantil, o subdividindo em 3, com as seguintes descrições: (1) A inclusão do aluno surdo na educação infantil, (2) educação bilingue- língua brasileira de sinais, e por último (3) possíveis recursos para aprendizagem da criança surda.

O capítulo 4, trás o debate sobre a comunicação do aluno surdo com o aluno ouvinte, quais meios são utilizados para que a criança surda possa se comunicar com as demais crianças e a sociedade. Trazendo desta maneira a gramática, a datilologia e os demais sinais.

Acreditamos que o presente trabalho há de somar com os demais artigos que demonstramos resultados bastante positivo para a evolução e sensibilidade à causa, espero que gostem dos resultados respaldados nele e estamos abertos a mais informação e esclarecimentos de dúvidas que surjam ao leitor que nos dê a honra de conhecer nosso trabalho.

2 INCLUSÃO NO BRASIL- BREVE HISTORICO

A educação inclusiva no Brasil teve início ainda, no período imperial entre (1822-1889), por meio de um momento chamado de Paradigma da institucionalização, onde pessoas que eram excluídas e puderam ter atendimento em locais exclusivos. Neste período surgiram duas instituições de grande importância o Imperial Instituto de Meninos Cegos criado no ano de 1854, que tinha como objetivo atribuir a ministração a instrução primaria e alguns ramos da secundaria educação moral e religiosa, com ensino de música como também ofícios fabris, e o instituto dos surdos mudos criado em 1855 pelo francês E. Huet, tendo como finalidade oferecer educação intelectual, moral e religiosa aos surdos , ambas eram mantidas pelo poder central seu objetivo era atender as necessidades das classes mais abastardas;

Segundo Aranha (2005) o paradigma da institucionalização caracterizou-se pela retirada das pessoas com deficiência de suas comunidades de origem e pela manutenção delas em instituições residenciais segregadas ou escolas especiais, frequentemente situadas em localidades distantes de suas famílias. Passando a ser bastante criticado.

Em seguida, surgiram paradigma de serviços e logo após o de suporte. A partir daí, passou-se a entender que a comunidade tinha que se reorganizar, para que as pessoas com necessidades educacionais especiais, tivessem acesso aos serviços e os recursos para viabilizar as modificações lhes permitindo a inclusão social.

O paradigma de serviço era oferecido por meio de três etapas, a primeira sendo a avaliação, onde é possível identificar tudo o que necessita ser mudado no sujeito e em sua vida. A segunda é a intervenção, onde se oferece atendimento formal e sistematizado com base nos resultados da fase anterior. A terceira e ultima etapa é o encaminhamento (ou reencaminhamento) da pessoa com deficiência para a vida na sociedade.

O paradigma de suporte tem como característica por objetivo garantir que a pessoa com deficiência tenha direito a convivência não segregada e ao acesso imediato e continuo aos recursos disponíveis aos demais cidadãos. Porém foi necessário identificar o que poderia garantir essas circunstancias, assim desenvolvendo o processo de disponibilização de suportes, como por exemplo o suporte social, econômico, físico e instrumental.

[...] a exclusão ocorria em seu sentido total, ou seja, as pessoas portadoras de deficiência eram excluídas da sociedade para qualquer atividade, porque antigamente elas eram consideradas inválidas, sem utilidade para a sociedade e incapazes para trabalhar, características estas atribuídas indistintamente a todos que tivessem alguma deficiência (SASSAKI 2003, p. 30-31).

Já no período de Brasil da República Velha (1889-1930), as crianças com deficiência eram conhecidas como seres incapazes, não tinham acesso a educação, por muitas vezes eram tratados com indiferença. Nesse período haviam internação psiquiátrica para deficientes mentais. Mas por meio de influencia religiosa foi surgindo interesse político para criação de diversos internatos voltados para educação especial, tendo como base o modelo europeu, com o objetivo de preparar a pessoa com deficiência para o mercado de trabalho.

Após a proclamação da república foi criado um regulamento para que pessoas com deficiência visual fossem encaminhadas para o mercado de trabalho. No ano de 1911 em São Paulo foi criado o serviço de Higiene e saúde pública, dedicado a formação de professores, alguns anos depois surge a seleção de pessoas com necessidades especiais, por meio do Serviço Médico-Escolar, que tinha a responsabilidade não somente pela classificação, mas por relatórios que demonstravam suas necessidades preocupando-se na formação de professores para atuar junto a esses alunos.

Por meio dessas iniciativas as escolas de educação especial foram se expandindo. No entanto ainda havia a preocupação com as pessoas que possuíam deficiência intelectual, por motivo desta preocupação foi criado o pavilhão Bourneville (1903), e o pavilhão de menores do hospital Juqueri (1923). e outras instituições para auxiliar no processo de inclusão de pessoas com deficiência, a criação da sociedade Pastolozzi (1920), a associação de pais e amigos dos excepcionais – APAEs, foram algumas dessas instituições.

De acordo com Bueno 1993, entre os anos de 1930 e 1940, foi ampliado consideravelmente o número de instituições dedicadas aos alunos com necessidades educativas especiais. Também houve um maior atendimento a indivíduos com deficiência intelectual.

A partir de 1930, a sociedade civil começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência: a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações visando à peculiaridade desse alunado, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular, outras entidades filantrópicas especializadas continuam sendo fundadas, há surgimento de formas diferenciadas de atendimento em clínicas, institutos psicopedagógicos e outros de reabilitação geralmente particular (JANUZZI, 2004, p. 34).

Mediante aos citados acontecimento, houve maior atenção para pessoas com deficiência visual, motivando a criação de instituições voltadas para auxiliar o citado público. Além dessas inúmeras instituições filantrópicas, surgiu também instituições privadas e centros de reabilitação, como por exemplo, o centro educacional Avandava (1968).

Para que a educação inclusiva pudesse ser algo verdadeiro e que acolhia toda e qualquer pessoa com necessidade ou deficiência, foram criados alguns Decretos no decorrer dos anos. Como a Campanha para educação de surdo brasileiro – CESB (decreto nº 42.738, de 03/12/57), a campanha nacional de educação dos cegos – CNEC (decreto nº 44.236, de 31/05/60).

Apenas no ano de 1970, que veio a surgir as classes especiais em escolas regulares, somente com a responsabilidade de receber alunos com deficiência mental leve. Porém a adaptação na nova forma de escola dependia do próprio aluno, para realizar essa integração. De acordo com Carneiro 2006, o espaço escolar de educação especial, passa a se constituir um espaço de segregação, dentro da escola de ensino regular.

Após alguns anos, foram criadas escolas especiais por meio da iniciativa pública regular, incentivando a formação de novos professores voltados para trabalhar com esses alunos, utilizando novos métodos e técnicas, para que fosse gerado o desenvolvimento integral do indivíduo. Porém, havia muitas crianças que ainda não frequentavam a escola de formação regular. O foco maior era inserir o deficiente na sociedade, assim, aprimorando o atendimento ao indivíduo deficiente e trazendo melhorias para sala de aula e para as escolas no geral, na tentativa de torna-la um ambiente menos restrito, possibilitando que crianças especiais tenham as mesmas condições que as demais.

Nas décadas de 80 e 90, teve início a proposta de Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, numa perspectiva inovadora em relação à proposta de integração da década de 1970, cujos resultados não modificaram muito a realidade educacional de fracasso desses alunos. A proposta de inclusão, propõe que os sistemas educacionais passem a ser responsáveis por criar condições de promover uma educação de qualidade para todos e fazer adequações que atendam às necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência (BRASIL, 2006, p. 7).

Em meados de 1993, a Secretaria de Educação especial do ministério da educação e do desporto coordena a elaboração de um documento que contia a política nacional de educação especial, que foi discutida com representantes de organizações governamentais – OGs e não governamentais – ONGs direcionadas para pessoas com deficiências e altas habilidades. Modificando o termo deficiência por conceito de necessidades educativas especiais.

Segundo Mantoan (2003) ainda estamos em processo de transição de um modelo parcial de inclusão para a inclusão total. Os desafios da educação inclusiva no Brasil ainda circulam em volta de toda sociedade, para que isso venha ser amenizado ou até mesmo totalmente resolvido ainda é necessário pesquisas, análises e buscar para qualificar e melhorar a inclusão no país.

2.1 A inclusão no contexto escolar brasileiro - a Declaração de Salamanca

No ano de 1994 surgiu a Declaração de Salamanca, uma Conferência Mundial realizada entre os dias 07 e 10 de junho, sobre a educação especial, em Salamanca na Espanha, realizada pelo governo do país em cooperação com a UNESCO, uma resolução criada com o objetivo de tratar os princípios da política e prática em educação inclusiva, ela é considerada o documento mais importante relacionado a inclusão social. Por meio desta declaração, foi possível tornar a educação e a sociedade mais inclusiva, onde a pessoa com deficiência, seja ela qual for, pudesse está inserida em ambientes que outrora eram impossíveis de estar. Ela traz à educação inclusiva a possibilidade de igualar a todos o mesmo padrão. Pois até aquele momento, pessoas com deficiências não tinham a mesma atenção, que os demais da sociedade.

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA p. 17-18)

Assim vemos que a Declaração de Salamanca, tem a intenção de igualizar todos em uma só sociedade, onde possuem os mesmos direitos, como o de ter acesso à educação de qualidade. A inclusão na educação não é somente aceitar o aluno com deficiência, complementa-se em entender que a criança com necessidade especial quer se sentir aceita e ter acessibilidade por igual em relação as demais crianças.

Para isso é necessário ter materiais e conhecimento para incluir esta criança e trazê-la para dentro da sala de aula, proporcionando um aprendizado igualitário, para que mesmo com suas limitações ela consiga participar e interagir com os demais da turma. Mesmo após décadas da implantação das citadas ações voltadas à pessoa com deficiência, ainda se faz necessário o olhar sensível das pessoas, para que despertem ao cuidado a comunidade surda na sociedade, algumas escolas ainda não utilizam a língua de sinais para se comunicar, dificultando ao aluno surdo o processo de aprendizagem.

Porém, para que situações como essa não aconteçam foi criado a lei nº 10.436/2002, que reconhece a libras como meio legal de comunicação e expressão dos surdos, mais um passo para o aluno surdo, após a Declaração de Salamanca.

2.2 Legislação: passos para uma educação mais inclusiva

Após a Declaração de Salamanca em 1994, deu-se início à uma nova etapa na educação inclusiva, foram criadas leis e decretos para que as pessoas com deficiência educacional especial, pudessem ter o direito a uma boa educação e acesso em inúmeros locais que outrora pareciam impossíveis.

Para que as leis viessem à existir, primeiramente foi criada a Constituição Federal em 1988, conhecida como a constituição cidadã, consolidando a transição de um regime autoritário para um democrático. Ela trouxe direitos dos cidadãos brasileiros, a garantia de liberdade civil e estipulando deveres do estado. Ela está estruturada em nove títulos.

Em 1996-LDB: A Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, propõem que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículos, métodos, recursos e organização específicas para atender as necessidades, garantindo a terminalidade específica daqueles que não atingiram nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em valor de sua deficiência; e garantir a aceleração de estudos aos superdotados para a conclusão do programa escolar. Ela proporcionou às redes de ensino o dever de disponibilizar todos os recursos necessários para o atendimento igualitário para os estudantes com deficiências educacionais e os demais.

Em 1999- Decreto nº3.298: refere-se a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, definindo a educação como modalidade transversal todos os níveis e modalidades de ensino. Ele trás o foco na atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Em 2001- Resolução CNE/CEB: Determina no artigo 2º que: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”. Neste mesmo ano foi criado o Plano Nacional de Educação – Lei nº 10.172,

que destaca “o grande avanço que a década deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento á diversidade humana”.

Em 2002– Formação Docente; Libra Reconhecida; Braile em classe: Na educação inclusiva, a resolução CNE/CP nº1/2002 estabelece diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica, diz que as instituições de ensino superior devem prever, na organização de seu currículo, formação docente voltada para atenção á diversidade e que contemple conhecimentos sobre especificidades dos alunos com deficiências educacionais especiais. Porém, o que ver é o desespero desses docentes para se trabalhar com esta demanda, porquê geralmente, em seus cursos de formação de professores não tem possibilitado uma formação ou preparação para prática da educação inclusiva.

A lei nº 10.436/02 reconhece a Língua brasileira de sinais como meio legal de comunicação e expressão, devendo esta ser parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia.

Relacionado ao Braile em classe, houve a portaria nº 2.678/02 do MEC – Ministério e Cultura da Educação, onde aprova normas para o uso, o ensino, e difusão do Braile em todas as modalidades de ensino.

Em 2003- Inclusão se Difunde: O MEC implementa o Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade, com objetivo de apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, dando o acesso a todos, para uma escolarização, a oferta de atendimento educacional especializado e a garantia de acessibilidade, trazendo a formação de professores para atuar na disseminação da educação inclusiva.

Em 2004- Diretrizes Gerais: foi publicado pelo ministério público o documento “O acesso de alunos com deficiência as escolas e classes comuns da rede regular”, ratificando o direito á escolarização de alunos com ou sem deficiência no ensino regular. Também existe o decreto nº 5.296/04 que regulamentou as leis nº 10.048/00 que dá prioridade de atendimento ás pessoas que especifica, e dá outras providências , estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência e mobilidades reduzida, o com objetivo promover acessibilidade urbana e apoiando as ações que garantem o acesso universal aos espaços públicos.

Em 2005- Decreto nº 5.626: foi publicado o decreto nº 5.626/2005, que configura uma nova proposta de trabalho na educação das pessoas surdas, com a

utilização da Língua Brasileira de sinais, a língua natural da comunidade surda, permite aos surdos, serem inseridos linguisticamente, no contexto educativo, sendo compreendidos em suas manifestações.

Em 2007- PDE- Decreto nº 6.094: foi publicado o decreto nº 6.094/2007, que estabelece as diretrizes do compromisso todos pela educação, garantindo o acesso e permanência no ensino regular e o atendimento a todas necessidades educacionais especiais dos alunos, fortificando seu ingresso na rede pública de ensino. O PDE plano de desenvolvimento da educação, tem como eixos a formação de professores para a educação especial, implantação de salas com recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares e o acesso e permanência das pessoas deficientes no ensino superior.

Em 2008 - decreto nº 6.571: que foi criado para sustentar a política denominada de “Educação Inclusiva’ o qual se dispõe do atendimento educacional especializado e modifica as regras de manutenção e desenvolvimento da educação básica e da valorização dos profissionais da educação. Com o objetivo de garantir recursos aqueles estudantes que efetivamente estejam matriculados em escolas públicas e recebendo atendimento educacional especializado.

Em 2015- EPCD- Lei nº 13.146: conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei Brasileira de inclusão da Pessoa com Deficiência, regular os aspectos de inclusão do deficiente como um todo, descrevendo seus direitos fundamentais. Com o objetivo de dar às pessoas com deficiência tratamento igualitário em relação aos demais indivíduos, prevendo crimes e infrações administrativas cometidas contra os deficientes ou seus direitos.

2.3 Linha do tempo – a comunidade surda desde da idade antiga até os dias atuais

Entre os anos de 476 á 1453, ainda no período da idade media os surdos eram considerados pelos romanos, como pessoas enfeitiçadas ou castigadas que não recebiam perdão, para que isso fosse resolvido os surdos eram jogados no Rio Tigre. Alguns se salvavam, por conseguirem sobreviverem sozinhos ou eram escondidos pelos seus pais. Embora muitos se tornavam escravos por toda vida, sendo sujeitos a trabalhar em moinhos de trigo, com a função de empurrar a manivela. Já para os gregos as pessoas surdas eram consideradas pessoas

invalida, destinadas a morte, quem sobrevivesse viveria como escravo ou abandonado.

Por outro lado, tanto no Egito quanto na Pérsia, as pessoas com surdez eram consideradas criaturas privilegiadas, enviadas por deuses, acreditava-se que elas se comunicavam com os deuses. Havia um grande sentimento humanitário e respeitoso, que tributavam aos surdos á adoração e era extremamente protegido, porém eram inativos tendo uma vida longe da educação. Em alguns lugares a surdez era considerada abominação, pela associação do homem ser imagem e semelhança de Deus, havendo também a supervalorização do corpo, principalmente relacionado a tradição da oralidade, onde os surdos sofriam várias privações.

Mas a frente, já na Idade Média, existia uma forte ligação entre a religião e a educação, por interesse político e para benefícios do clero. Neste período os surdos eram privados de seus direitos religiosos e educacionais, a igreja tinha em mente que a alma dos surdos não poderia ser considerada imortal pois eles não podiam falar os sacramentos, existia um decreto onde não podia existir um matrimonio entre duas pessoas surdas, com exceção daqueles que recebiam favor do papa. Alguns anos a frente na idade moderna, houve a primeira alusão á possibilidade da pessoa surda poder aprender foi através do escritor e advogado Bartolo Della Marca D'Ancona, neste mesmo período o médico Girolamo Cardamo diz que os surdos podiam e deviam receber instruções para melhora da escrita e da leitura.

De acordo com Lacerda (1998) neste período os pedagogos trabalhavam de forma independente, como que se mantivessem em segredo o modo de conduzir a educação dos surdos, não havia troca de experiencias entre os educadores da época.

Na história da educação para pessoas surdos o monge da Espanha Pedro Ponce de León (1510- 1584), foi considerado o precursor na história, no monastério de Oña, o mesmo educava os surdos de famílias da nobreza, os descentes nobres eram qualificados pela apropriação da palavra e outras exigências sociais. Sua metodologia de ensino era baseada no alfabeto manual, na escrita e na oralidade, sendo o ensino individual. O monge não publicou nada de forma detalhada sobre sua metodologia de ensino, da mesma maneira que outros educadores de pessoas surdas conforme a tradição de manter em segredo seus diversos métodos educacionais, só havendo um registro do alfabeto manual utilizado por ele.

Outros surdos não pertencentes a Nobreza também foram aceitos neste monastério, porém seu atendimento era diferenciado, não tinham aproximação com a Nobreza. Anos após, em 1579-1623, um filósofo e soldado Juan Pablo Bonet se interessou pela educação das pessoas surdas, de forma individualizada, no ano de 1620 o mesmo publicou uma obra intitulada Redução das letras e arte para ensinar a falar aos mudos, cujo o alfabeto manual era utilizado para ensinar gramática aos surdos (MOURA, 2000).

Outros dois educadores que merecem destaque na educação de pessoas surdas foram, Charles Michel de L'Épée (1712-1789), o mesmo defendia o uso da língua de sinais para a educação de surdos, iniciou o ensino a surdos por razões religiosas, começando seu trabalho com duas irmãs surdas. E no ano de 1760, fundou em Paris o primeiro Instituto Nacional Surdos-mudos, com o público de ensino coletivo. E o educador Jean Massieu (1772-1845), foi um dos primeiros professores do Instituto Nacional de Surdos-mudos em Paris; durante 32 anos, ensinava a língua de sinais.

Em contrapartida somente no ano de 1855, veio a surgir o início de uma idealização de um Instituto Nacional, ainda numa vivência de sociedade escravocrata, onde as escolas tinham como objetivo somente ensinar a ler, escrever e contar, com o público alvo apenas pessoas de pele branca e livre. Foi neste ambiente que no ano de 1855, Ernest Huet apresentou ao imperador D. Pedro II um relatório em língua francesa, onde seu conteúdo era revelar o plano de criação de um estabelecimento para pessoas surdas. Neste relatório havia duas propostas ao imperador, para que o mesmo ajudasse na criação de um Instituto para surdos; a maior parte das pessoas com surdez pertenciam a classe mais pobres, assim não tendo condições ao acesso à educação.

Sua primeira proposta seria que o Instituto seria de propriedade particular, com bolsas e algum subsídio do Império; a segunda seria que todas as despesas fossem assumidas pelo Império, tornando-o Instituto público.

O Instituto teve início em 1 de janeiro de 1856 de forma privada em Paris; sua forma de ensino envolvia as seguintes disciplinas: língua portuguesa, aritmética, geografia e história do Brasil, escrituração mercantil, linguagem articulada e doutrina cristã. Para ser matriculado, era necessário ter entre sete e dezesseis anos e apresentar certificação de vacinação.

A duração do curso era de seis anos, devido as características socioeconômicas do Brasil havia o foco no ensino agrícola, as regras eram validas para meninos e meninas. Todos os recursos para o instituto vinham de donativos da comissão inspetora, do convento do Carmo, do mosteiro de são bento e das matrículas particulares ou subvencionadas pelo imperador.

Com o tempo veio a surgir a lei nº 939 de 26 de setembro de 1857, que passava as despesas e orçava a receita para o império. Por isto, até meados de 1908, o instituto tinha como data de fundação 1 de janeiro de 1856, havendo uma mudança por meio do decreto 7º de nº 6.892, de 10 de março de 1908, onde alterou para o dia 26 de setembro de 1857, em decorrência da lei nº 939, onde o império passou a subsidiar o instituto.

No ano de 1858, já estavam matriculados 19 alunos, sendo 6 meninas e 13 meninos, alunos oriundos do rio de janeiro, minas gerais, são Paulo, Niterói, barra mansa. No ano de 1861, Ernest Huet saiu da direção do instituto, onde recebeu indenização pelo patrimônio material do instituto e também uma pensão anual, como reconhecimento de ter sido fundador da primeira escola para surdos no brasil. E em 1862 a direção foi assumida pelo professor Dr. Manoel de Magalhães Couto, anos depois o quadro de funcionários foi definido, composto por: um diretor, um professor, uma professora, uma enfermeira, uma despenseira, uma criada, um cozinheiro e quatro serventes.

De acordo com a rotina administrativa, no ano de 1868 o imperador Fernandes torres, solicitou ao chefe de seção da secretaria de estado, o Dr. Tobias Rabello Leite, que fizesse um relatório sobre o instituto, e o resultado foi que não havia nenhuma forma de ensino e sim uma casa que servia de asilo aos surdos. Diante disto, o diretor foi exonerado do cargo e em seu lugar assumiu o Dr. Tobias R. Leite.

O novo diretor tinha como meta oferecer o ensino profissionalizante, sua concepção era que os alunos após a conclusão do curso, deveriam dominar um ofício como garantia de subsistência, desta forma o foco no brasil era do ensino agrícola. O objetivo do instituto não era de formar homens de letras, mas ensina-los uma linguagem que pudessem ter relações sociais, livrando-os do isolamento causado pela surdez.

No ano de 1871, foi realizado a tradução de livros franceses utilizados no instituto de paris, foram enviados 500 exemplares para minas gerais, paraná e goiás,

com o propósito de suprir as necessidades dos professores que eventualmente pudessem trabalhar com alunos surdos.

Algumas mudanças aconteceram no instituto ao decorrer dos anos, uma delas foi a retirada de meninas, da grade de alunos, pois na concepção do diretor, as meninas deveriam ser instruídas em casa, aprendendo os deveres domésticos. Isso causou a saída da professora Amélia Emília da Silva Santos, que foi dispensada por não haver mais alunas surdas no instituto.

Somente na década de 30, que meninas puderam voltara a estudar no instituto em regime externato, tendo a direção do instituto sob as responsabilidades do Dr. Custódio Ferreira que teve o marco desse período a obra de ampliação do instituto, situado na rua das laranjeiras.

O instituto imperial dos surdos-mudos passou a se chamar Instituto nacional de educação dos surdos - INES, no ano de 1957, por meio do decreto imperial, lei nº 3.198, de 9 de julho. Na época, Ana rímola de faria daoria assumiu a direção do INES, com a assessoria da professora Alpia Couto. Após a fundação do INES, inúmeros outros instituto e escolas surgiram no país, exemplo: o instituto santa Terezinha para meninas surdas (SP), a escola de surdos de vitória, a escola concordia (Porto Alegre -RS).

Deste modo, foram-se abrindo portas para que a comunidade surda, pudesse ter acesso a educação de qualidade e uma vida igualitária, onde podiam está nos mesmos lugares que as demais pessoas da sociedade, sem o medo da exclusão, e com a oportunidade de vivenciar novas experiencias.

3 A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

É considerada surda a pessoa incapacitada de ouvir, existindo quatro graus diferentes: o leve, quando a perda auditiva é de até 40 decibéis, onde impede a audição de um som fraco ou distante. A moderada é a perda auditiva entre 40 e 70 decibéis, que são compreendidos sons de alta intensidade, causando dificuldades na comunicação; a severa, causa perda auditiva entre 70 e 90 decibéis, que permite a compreensão de alguns ruídos e vozes intensas; e a profunda, sendo a forma mais grave, e acontece quando a perda auditiva ultrapassa 90 decibéis, impedindo a comunicação e a compreensão da fala.

Pelo fato de a pessoa não conseguir perceber os sinais sonoros, ou possuem apenas parte de sua audição não identificando os diferentes sons de fala. Por este motivo os surdos não falam, fazendo com que pessoas leigas acreditem que são mudos também, porém a pessoa surda pode aprender a oralizar a fala de muitas palavras com treinamento fonoaudiólogo.

Segundo Santana (2007), não existe uma forma homogênea na educação de surdos, pois alguns preferem a comunicação total; Define-se a utilização de inúmeros recursos linguísticos como: Linguagem moral, Leitura labial, Gestos e alfabeto manual, Amplificação sonora, Leitura e escrita. E outros o bilinguismo; Quando a comunicação é por meio da linguagem de sinais ou alfabeto manual. outros, a língua de sinais; Comunicação com gestos manuais (libras). Português sinalizado; Quando na comunicação todas as palavras tem gestos em libras. Ou até mesmo a língua oral; comunicação por meio de leitura labial. Assim percebendo que nem o próprio surdo consegue saber qual seria o melhor meio para a comunicação, porém o melhor caminho é aquele que lhe dá o melhor e mais seguro meio de comunicação.

Na LDB nº 9.394, podemos encontrar a primeira referencia sobre a educação infantil como parte da educação básica e direito de todos os brasileiros. Está destacado que a educação infantil tem por objetivo o desenvolvimento global da criança até os seis anos de idade (BRASIL, 1996). Neste modo entendemos que a criança surda tem total direito a estudar e começar o mais cedo possível, para que a mesma possa se desenvolver integralmente.

Para que isto possa acontecer é necessário que escolas e creches, estejam dispostas a receber o aluno surdo e promover a sua inclusão. É preciso estar pronta para situações que envolvam essas crianças e que as incluam com as demais.

Além da LDB outro documento de grande importância, são as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação infantil – DCNEI, documento este que foi produzido no ano de 1998. Ela tem por princípio “o respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc.” (BRASIL, 1998). Trazendo para a criança surda o respeito para sua diferença linguística, desde do momento que entra na escola, entendendo que lá é um lugar de socialização, aprendizagem e inclusão.

Também defendem que a criança, tem por direito brincar, como uma forma de expressão, pensamento, comunicação e autonomia. Além de dar acesso aos bens socioculturais, ampliando o desenvolvimento das mesmas com toda sociedade.

Deve haver a socialização das crianças, através de atividades e práticas sociais sem nenhuma discriminação, sendo assim, nenhuma criança com surdez pode ser discriminada no ambiente escolar. Ainda nos primeiros anos na escola, é preciso ter o atendimento aos cuidados essenciais para a sobrevivência e desenvolvimento da identidade da criança com surdez, a mesma necessita ser valorizada e respeitada por todos da unidade escolar.

Nos dias de hoje, a inclusão na educação tem o papel relevante, muitas maneiras foram criadas para atender com qualidade as demandas de deficiências, que necessitam de uma instituição de ensino.

A verdadeira luta na educação inclusiva, é torná-la mais inclusiva, pois a maioria dos profissionais não possuem o conhecimento necessário para atender na sala de aula um aluno com deficiência. É preciso que haja uma preocupação por parte das instituições não somente com a estrutura física, mas também com a formação do professor que atenderá o aluno com deficiência.

Para que esta educação inclusiva, pudesse adentrar na sala de aula, foram criadas novas leis e decretos, entre outros que contribuíram para o avanço da educação inclusiva. Por meio delas foi possível que a criança com deficiência, pudesse ter os mesmos direitos que as demais, e serem inseridas na sociedade.

O uso e reconhecimento da língua brasileira de sinais – LIBRAS, como língua materna da criança surda, foi o ponto crucial para alavancar a inserção da educação

inclusiva. Passando a ser um componente curricular, que precisa ser estudado desde do início da formação como professor.

É necessário que professores de crianças surdas ou não, dominem essa língua para que haja interação entre unificada. Aprimorando quanto ao professor da comunicação bilíngue que auxilia na comunicação com o aluno surdo que por ventura esteja participando da aula.

Não é nada fácil trazer a inclusão da criança surda dentro da unidade escolar, mas alguns obstáculos já foram vencidos pelos professores e direção escolar, como exemplo o auxílio de um interprete dentro da sala de aula, para que possa haver uma boa comunicação com a criança surda, assim facilitando a relação aluno e professor. As adaptações na estrutura, a formação de professores que tenham acesso á LIBRAS, e a oportunidade dada aos alunos ouvintes á conhecerem mais uma forma de comunicação.

3.1 Educação bilíngue – língua brasileira de sinais

A modalidade bilíngue é uma proposta de ensino utilizada por escolas, que sugerem acesso as pessoas com surdez duas línguas no contexto escolar. Este tipo de modalidade de ensino é adequado para crianças surdas, considerando a língua brasileira de sinais – LIBRAS como língua materna, utilizando a língua portuguesa como segunda língua, podendo ser escrita ou oral.

De acordo com Goldfeld – 1997, o bilinguismo tem como objetivo básico que o surdo deve ser bilíngue. Demais autores ligados ao bilinguismo relatam que o surdo de forma bastante diferente dos autores oralistas e da comunicação total. Para os bilinguistas, a pessoa surda não precisa almejar uma vida semelhante ao ouvinte, podendo assumir sua surdez.

Segundo o bilinguismo a criança com surdez, precisa ser colocada em primeiro contato com pessoas fluente em língua de sinais, sejam seu país, professores ou interpretes. Sklia – 1998, apresenta quatro tipos diferentes projetos políticos que sustentam á educação bilíngue para pessoas surdas.

O bilinguismo com aspecto tradicional; onde é apresentada uma visão colonialista sobre a surdez, impera o ouvintismo e a identidade incompleta dos surdos. Este tipo de bilinguismo tende à globalização da cultura.

O bilinguismo com aspecto humanista e liberal; acredita que existe uma igualdade natural entre ouvintes e surdos. A desigualdade, mostra a existência de uma limitação social aos surdos. Isso constitui numa pressão para aqueles que vivem a situação de desigualdade histórica.

O bilinguismo progressista; procura aproximar e a enfatizar a noção de diferença cultural que caracteriza a surdez, no entanto essencializa e ignora a história e a cultura.

E por ultimo O bilinguismo critico na educação surdos; esta modalidade tem pontos positivos e negativos, tem escolas que utilizam a linguagem de sinais como mediação com o oral e não como a produção cultural linguística, usando o oralismo como primeira língua, usando o método tradicional, na tentativa de adquirir equipamentos tecnológicos que mostram a capacidade do surdo aproximar-se a um modelo ouvinte e dizem trabalham o bilinguismo com os surdos, mas na pratica não é feita corretamente.

O bilinguismo permite que haja relação entre o adulto e a criança, assim podendo construir uma autoimagem positiva como sujeito surdo, sem a perda de se integrar numa comunidade de ouvintes. A educação bilingue permite ao leitor surdo fazer uso das duas línguas, podendo escolher qual irá utilizar em cada situação linguística.

A língua de sinais, é o sistema linguístico utilizado por pessoas surdas para se comunicar, considerada a língua materna, e como um recurso para que ouvintes possam se comunicar com uma pessoa surda. A adoção das libras no Brasil ainda é recente, porém nos últimos anos, vem crescendo os números de adeptos e defensores do seu uso.

Pessoas veem estudando e tentando resolver os problemas de comunicação com os surdos, verificando as diversas formas eficientes de comunicação entre o surdo e o ouvinte, baseadas na concepção de surdez. Para pessoas ouvintes existem duas maneiras diferentes de encarar a surdez; como deficiência ou como diferença, assim afetando a concepção de surdez que as pessoas possuem.

Sobre as pesquisas relacionadas á comunicação entre surdos e ouvinte Santana -2007 afirma, quando um pesquisador dispões determinadas abordagens para lidar com o aluno surdo, não consegue ser imparcial, porque sua proposta de ensino sempre refletirá em sua própria concepção de surdez. Assim resultando na maneira com que cada um estudioso encara a surdez, com deficiência ou como

diferença, havendo uma forte disputa por fornecer soluções para o problema da comunicação com pessoas surdas.

Apesar dos avanços relacionados a surdez, para a família de uma criança surda ainda é difícil a aceitação dessa limitação. Mesmo que a família aceite o fato de a criança não ouvir, a comunicação ainda se torna algo complicado de se escolher, qual a melhor forma de se relacionar, se devem ou não trazer para aquela criança a língua portuguesa ou somente a língua de sinais.

Uma das soluções encontrada pelos pais de crianças com surdez, é o implante coclear, algo que nem sempre é acessível, o implante trás a necessidade de assumir possíveis risco e limitações, pois o mesmo não quer dizer que a criança, vai se tornar um ser totalmente ouvinte, existem inúmeras restrições para uma pessoa implantada, como não praticar atividades físicas, pois corre o risco de haver deslocamento, trazendo danos a criança.

Colocar o implante não significa que a criança, não irá passar por dificuldades na aprendizagem, fazendo com que a mesma, não se sinta participante nem da comunidade ouvinte, nem da comunidade surda, lhe impondo sempre a cobrança em relação a fala e a está interagindo com os demais ouvintes.

Santana 2007, afirma que a língua de sinais legitima o surdo como “sujeito de linguagem”. Considerar a língua de sinais como língua, com suas regras, tem efeitos linguísticos, cognitivos e sociais, também ressalta que a ideia de surdez como diferença trouxe novos conceitos, como cultura surda, identidade surda e comunidade surda.

Existem surdos que acreditam que a língua de sinais seja mais adequada para se comunicar, porem utilizam fala, não se considerando deficientes, enquanto há outros surdos, que gostariam de poder ouvir para se comunicarem melhor, assim aceitando sua própria condição de não ouvinte.

É por este motivo, que a educação bilingue se torna necessária dentro da sala de aula, não somente, trazendo aos alunos as línguas estrangeiras como o inglês e espanhol. Transportar para dentro da sala de aula, a libras, se torna algo de grande importância, para que a criança surda, possa se comunicar por meio da sua língua materna e que as demais crianças possam entender e interagir com os surdos.

A educação bilingue focada na linguagem de sinais, proporciona ao surdo, a liberdade de aprender mais sobre sua língua materna e conhecer a língua

portuguesa. Assim como também, trás aos alunos ouvintes uma nova forma de se comunicar, além de trazer a inclusão para dentro da escola.

Anos atrás esse tipo de educação envolvia somente línguas estrangeiras, trazendo para sala de aula o inglês, espanhol e algumas outras línguas. A modalidade de educação bilingue de surdos, se tornou Lei, por meio do presidente Jair Bolsonaro, 2019-2022. Um projeto de lei que determina o tratamento da educação bilingue de surdos como modalidade de ensino independente, com a língua brasileira de sinas – LIBRAS como primeira língua e o português escrito como segunda língua.

De acordo com o ministro da educação ainda durante o mandato do então presente Jair Bolsonaro em 2022, Milton Ribeiro a sanção dessa lei torna possível que a comunidade surda seja atendida através da educação bilingue respeitando seu direito de escolha por uma educação em sua língua.

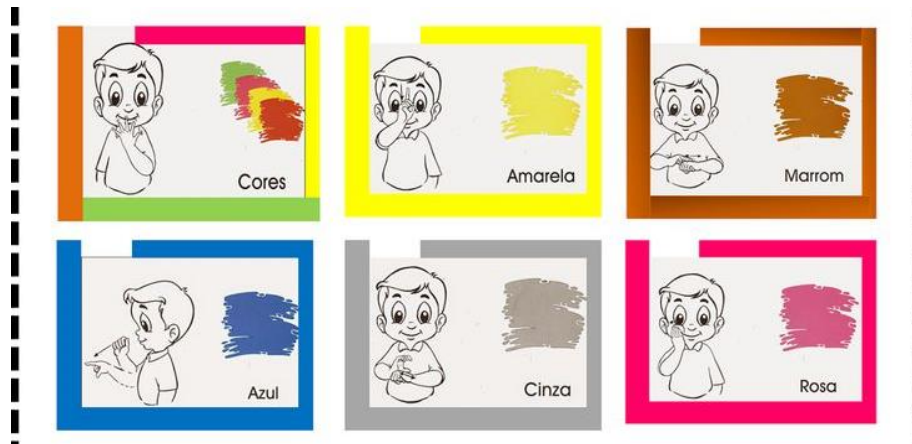
Assim sendo atendidos alunos surdos, surdos cegos, com deficiência auditiva, sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação, também aqueles que tenham deficiências associadas ou, que tenham optado pela modalidade bilingue e o português escrito como segunda língua.

3.2 Possíveis recursos para aprendizagem da criança surda

Dentro da sala de aula o professor, pode adotar inúmeros recursos para a aprendizagem do aluno surdo, e para promover a educação inclusiva afetiva entre os alunos. O professor pode utilizar de sua criatividade, para que possa trazer para sala de aula a inclusão entre o aluno com surdez e os demais. Alguns desses recursos incluem:

O material visual; podem ser utilizados cartazes, imagens e gráficos, para auxiliar na compreensão do conteúdo, facilitando a interação entre os alunos, como exemplo a imagem a baixo, onde o professor pode trazer para os alunos ouvintes e com surdez, o exemplo das cores.

Figura 1 Cores em libras



Outro recurso é o tecnológico; onde pode ser utilizado aplicativos, *softwares* e dispositivos que auxiliam o aprendizado, como o tradutor de textos e amplificação sonora, como por exemplo o aplicativo HAND TALK, que nada mais é que um tradutor de libras virtual:

Figura 2 Aplicativo hand talk



Também pode ser posto em sala de aula um interprete em libras; que facilita a comunicação entre professor e aluno surdo, da mesma maneira de aluno surdo com os demais ouvintes, garantindo que as informações sejam repassadas de forma correta e clara.

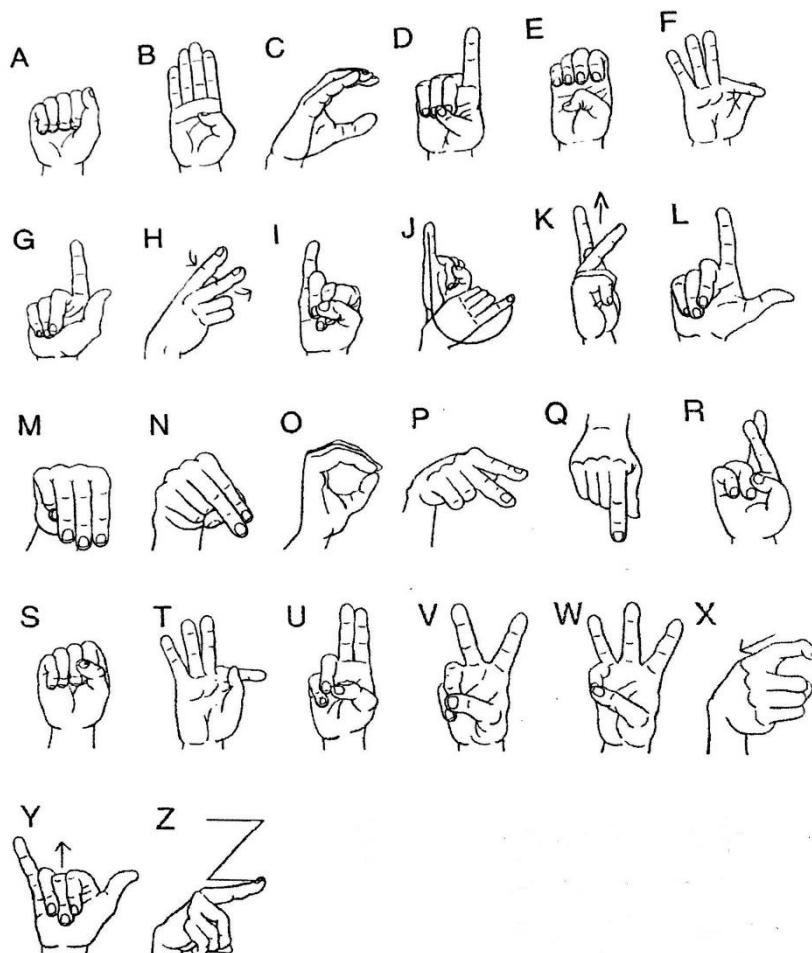
Existem os inúmeros recursos que podem ser utilizados, além destes, para a inclusão e a aprendizagem da criança surda e das crianças ouvintes. Recursos esses, que garantem aos alunos na sala de aula autonomia e liberdade de ter acesso e reconhecer uma nova maneira de se comunicar.

4 OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DO ALUNO SURDO

A língua brasileira de sinais – LIBRAS, é considerada a primeira língua dos indivíduos surdos, sendo assim a língua materna, ficando o português como segunda. Esta forma de comunicação diferencia do português, em alguns aspectos. Assim como na língua portuguesa, a libras contém sua gramática própria, assim lhe dando o caráter linguístico, tal como as línguas orais e sinalizadas.

Dentre os elementos constitui a gramática, existe o alfabeto manual, também conhecido como Datilologia, que envolve a libras com o português.

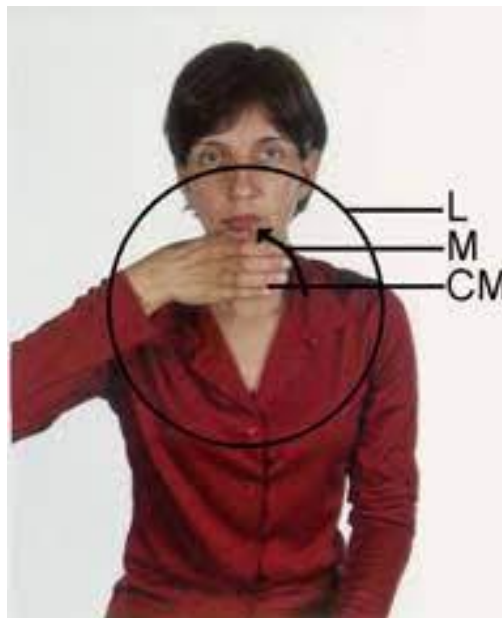
Figura 3 Datilologia libras



A datilologia, é única em cada sistema de sinais, fortalecendo o caráter da diversidade linguística e representativa. A língua brasileira de sinais, teve imensa influência da língua francesa de sinais (LSF) pelo fato de seu grande introdutor aqui no Brasil foi o professor francês, tendo sua datilologia bem próxima da europeia.

A comunicação da pessoa surda, não deve de nenhuma maneira, ser realizada de qualquer forma, assim para aprimorar e facilitar existem alguns aspectos necessários, como a configuração de mão (CM), o movimento (M), locação da mão/ponto de articulação (L), orientação de mão e a expressão não manual.

Figura 4 Gramática da Libras: CM, M e L



Fonte: QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B.

Na imagem, a cima, exemplifica os termos utilizados na gramática das libras. Havendo vários outros que são utilizados, para melhor comunicação da pessoa surda, no meio da sociedade, em escolas e no ambiente de trabalho.

Exemplo disto, são os sinais utilizados para a comunicação das pessoas com surdez, que vão bem mais além da datilologia, onde está relacionada ao alfabeto manual. Porém, os sinais simplificam e melhoram a comunicação dessas pessoas, usando para cada coisa, pessoa ou objeto um sinal específico.

Algo bem comum na comunidade surda, é oferecer a cada pessoa um sinal, que irá lhe representar, deste modo não sendo necessário o uso da datilologia.

5 METODOLOGIA

A construção deste artigo deu-se por meio de pesquisas Bibliograficas de cunho qualitativo qualitativo. A pesquisa bibliografica por sua vez trabalha o levantamento de obras publicadas em livros e artigos científicos, segundo Lakatos e Marconi (2003,p. 183): “[...] a pesquisa bibliografica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando conclusões inovadoras”.

Utilizando a pesquisa qualitativa, onde os dados são coletados a partir da visão do autor, suas motivações, questionamentos, emoções e comportamentos que o levaram a abordar este tema.

Minayo

Diz que a pesquisa qualitativa responde a questões particulares, enfoca um nível de realidade que não pode ser quantificado e trabalha com um universo de múltiplos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. A autora defende que qualquer investigação social deveria contemplar a característica básica de seu objeto, que é o aspecto qualitativo. (MINAYO, 2000, p.6).

Foi necessário pesquisar mais a fundo, sobre a tentativa então abordada, sempre visando pesquisas que pudessem aprimorar e acrescentar conhecimento, para este artigo. Por isso outro meio utilizado foi a pesquisa bibliografica, por meio de livros, artigos e PDFs que abordavam sobre o ensino da Lingua de sinais na educação infantil. Gil (2002, p. 45): [...] que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material.

Já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho Dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de Fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser Definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias,bem como aquelas que se propõem a uma análise das diversas Posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvia quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas. (GIL, 2002, p.44)

Diante de todo exposto nosso trabalho consistiu em estimular desenvolvimentos abordados, procurando deixar de formais clara e objetiva o real motivo e questionamento que foram relatados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a importância da temática trabalhada neste trabalho de conclusão de curso, tendo como foco questionar e debater, sobre a educação inclusiva no Brasil, e os desafios da inclusão da criança surda na educação infantil. Podemos ver que a educação inclusiva no Brasil, passou por diversas mudanças, essas que trouxeram para as pessoas com deficiência ou necessidades especiais, a liberdade de está incluída na sociedade, e ter uma educação de qualidade com direitos iguais as demais crianças.

Refletir sobre o tema em questão, por se só, poderia trazer discursões sobre como a pessoa com surdez, passou por momentos difíceis no decorrer dos anos, como as crianças surdas de hoje em dia são afetadas, por questões do passado, que ainda precisam ser melhor resolvidas.

No entanto a questão principal para refletirmos neste trabalho, é a inclusão da criança surda na educação infantil, como nós professores, podemos inserir essa criança nas atividades, quais recursos podemos utilizar para a aprendizagem delas e a autonomia delas dentro da sala de aula. Assim podemos aperfeiçoar a aprendizagem destas crianças, sabendo como realmente trabalhar a educação e lhes dando a oportunidade de se sentirem incluídas dentro e fora da sala de aula.

Como podemos trazer para a unidade escolar a educação bilíngue, de forma que supere as lógicas da educação tradicional. Neste sentido abordamos sobre o papel desta educação renovadora, que possibilita ao aluno surdo a oportunidade de se comunicar com os demais alunos. Dando a este aluno o poder de ter uma educação igualitária, onde o mesmo se sinta incluído na sala de aula, tendo o livre acesso as atividades, dinâmicas e trabalhos passados pelo professor.

REFERÊNCIAS

ADRIANA, Lia F, de. **Políticas e práticas de educação inclusiva**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2007, p. 121-148.

APARECIDA, V.; LIMA, P. **Verônica Aparecida Pinto Lima**. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/artigos_edespecial/surdos_escolapublica.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.

ANDREIS-WITKOSKI, S.; DOUETTES, B. B. **Educação bilíngue de surdos: implicações metodológicas e curriculares**. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/formacao_acao/1semestre_2015/educacao_bilingue_texto_apoio.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**.

BRASIL. **Decreto n. 6.571, de 17 de setembro de 2008b. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao**

BRASIL. **Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007b**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.

BRASIL. **Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005b**. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. **Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007b**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 21 jan. de 2013.

BRASIL. Lei n. 10.172 de 9 de janeiro de 2001c. **Aprova o Plano Nacional educ_inclusiva_book.indb 180 09/01/14 15:24 de Educação e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 18 jan. 2013.

BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais — Libras e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso

em: novembro de 2013.

BRASIL. Lei n. 10.048, de 8 de novembro de 2000c. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.

Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/dirhum/legislacao/id79.htm>>. Acesso em: 21 jan. 2013.

BRASIL. Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999a. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras

providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 17 jan. 2013.

BRASIL. Decreto n. 5.296 de 2 de dezembro de 2004a. Regulamenta as Leis n. 10.048, de educ_inclusiva_book.indb 179 09/01/14 15:24 180 educação inclusiva e língua brasileira de sinais 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto n. 6.571, de 17 de setembro de 2008b. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto n. 6.253, de 13 de novembro de 2007.

BRASIL. Presidência da República. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996). Brasília, DF: Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BUENO, José Geraldo Silveira. Educação especial brasileira: integração/ segregação do aluno diferente. São Paulo: Educ, 1993.

DE DOUTOREM LETRAS, O. DO G. et al. EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS: IDENTIDADES, DIFERENÇAS, CONTRADIÇÕES E MISTÉRIOS.

Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/193718/FERNANDES%20Sueli%20de%20Fatima%202003%20%28tese%29%20UFPR%20.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 dez. 2023.

GARGHETTI, F. C.; MEDEIROS, J. G. BREVE HISTÓRIA DA DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL. Disponível em: <<https://nedef.paginas.ufsc.br/files/2017/10/Breve-hist%C3%B3ria-da-defici%C3%Aancia-intelectual.-1.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2023.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

JANUZZI, Gilberta de Martinho. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas. Autores Associados, 2004. Coleção Educação

Contemporânea.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo, SP: Atlas 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?.** São Paulo: Moderna, 2003.

MOURA, Maria Cecília. **O surdo: caminhos para uma nova identidade.** Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

OLIVEIRA, Milane. **INCLUSÃO DE SURDOS NA EDUCAÇÃO**

INFANTIL: Disponível em:

<<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/4033/1/MRO03122013.pdf>>. Acesso em: 8 dez. 2023.

RIBEIR, L. A. **A EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO BRASIL: PESQUIS**

CONSTATAÇÕES EM UM C. Disponível em:

<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/12921/TCC_LucasAntonioRibeiro_LEE_UFSCar.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 8 dez. 2023.

Santana, AP (2007). *Surdez e linguagem: Aspectos e implicações neurolinguísticas* (2a ed.). São Paulo, SP: Plexo.

SILVA, F. DE L. B.; BATISTA, D. E.; MASSARO, M. **CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO DA EDUCAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E OS DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.** Revista Pedagógica, v. 22, p. 1–23, 2020.

SKILIAR, Carlos (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 1998.

SOARES, Fabiana MR; LACERDA, Cristina BF de. O aluno surdo em escola regular: um estudo de caso sobre a construção da identidade. **GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Frizman de.(Org.). Políticas e práticas de educação inclusiva.** Campinas: Autores Associados, 2004.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A educação do surdo no Brasil.** Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

TOMÁZ DE SOUTO, M. et al. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL CONTEXTO HISTÓRICO E CONTEMPORANEIDADE.** Disponível em:

<https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2014/Modalidade_1datahora_02_11_2014_11_59_38_idinscrito_2760_f994a51772b4083feab5493db26f4461.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.

UFSM, C. –. **O BILINGÜISMO COMO PROPOSTA EDUCACIONAL PARA CRIANÇAS SURDAS.** Disponível em:

<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/artigos_edespecial/biliguinguismo.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.